

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Esora, realizada em vinte e um de fevereiro de mil novecentos e trinta e três:—

— Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e três, nesta cidade de Esora, Paços do Concelho e Sala das Juntas, reuniu-se a respectiva Câmara Municipal, estando presentes, além do seu Excelentíssimo Presidente Senhor Carlos Garcia Filho, os Vereadores Senhores José Manuel Ferreira Pereira, Luís Felix Nunes e António Francisco Melro.

Presente também o Excelentíssimo Vice-Presidente, Senhor António Manuel Gultierrez Cauro.

Aberta a reunião às vinte e uma horas, o Senhor Presidente comunicou que os Vereadores Senhores Angelino Pires Fitas Figueiredo, Dona Isabel da Visitação Morgado Palhada de Sousa Fernandes e Engenheiro Luísa Elias de Moura Costa Pinto participaram a impossibilidade da sua comparecimento à presente reunião, fal-

tas estas que a Câmara deliberou considerar como devidamente justificados. Igualmente foi aprovada a acta da última reunião, com dispensa da sua leitura por o respectivo texto haber sido previamente distribuído a todos os membros presentes, de harmonia com o artigo quarto do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e noventa e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e noventa e três, após o que a Câmara se ocupou dos seguintes assuntos:

Expediente:- Da Associação da Creche e Jardim de Infância de Eora, agradeceu o subsídio de dez mil réis que lhe foi concedido por esta Câmara - "Luteirado"; e do restaurante "Monte Alentejano", de Montemor-o-Velho, agradeceu as providências que a Câmara vai tomar no sentido de que outra designação, que não a de "Monte Alentejano" que por vezes se tem atribuído ao edifício municipal sito no Poço de São Brás, desta cidade, seja dada a iguais instalações.

Taxas de "Alcaval-Valia":- Foram presentes os requerimentos de José Bernardo Luísluz Junior e de José António Carlos Pimenta e Francisco Vicente Louro, pelos quais pretendem ser autorizados a pagar em prestações as taxas de "mais-valia" a que estão sujeitos pela edificação dos lotes número dez, pertencente aos primeiros, e oito, pertencente ao segun-

do, após um prolongamento da doença do Infante Dom Henrique. Foram des-
desideros

Doentes Pobres: - Desidamente organi-
zados, foram presentes os proeiros
para a concessão de guias de respos-
abilidade pelo pagamento das res-
pectivas despesas de tratamento e
internamento hospitalar a favor de
Antônio Soares Vicente e Cristiana Pau-
la Sarda Rodrigues. Verificando-se
que estes doentes são pobres, têm o
seu domicílio de origem neste conce-
lho e que não podem ser tratados
no hospital local, a Câmara, por
unanimidade, deliberou autorizar
a expedição das competentes guias
de responsabilidade.

A seguir, informou o Senhor
Presidente que no uso da competên-
cia que a lei lhe confere, concedeu
guias para o mesmo fim a favor
de Luísel Loja Vira, visto tratar-se
de um caso que carecia de urgente
internamento. A Câmara, depois de
apreciar o respectivo processo que
para o efeito lhe foi presente, delibe-
rou homologar para os devidos efei-
tos o competente despacho proferido
pelo Senhor Presidente.

**Serviços Municipalizados - Entrega
de fundos:** - Foi presente um ofício
dos Serviços Municipalizados desta
cidade, pelo qual pedem lhe seja
feita a entrega de dois milpés e

com mil esudos, saldo do empréstimo oportunamente contratado na Caixa Central de Depósitos para os habilitar a executar o seu plano de obras.

Apreciado este pedido a Câmara deliberou ordenar a entrega aqelles serviços do saldo da conta corrente aberto com o referido empréstimo, no montante de dois milhões e cem mil esudos, dos quais um milhão e seiscentos mil esudos se destinam à rede de abastecimento de água e quinhentos mil esudos à rede de saneamento.

Subsídio por falecimento de um servidor Municipal :- Foi presente a petição de sua Senhorinha Pereira, moradora no Bairro da Senhora da Saúde, desta cidade, formulada no abrigo das disposições contidas no Decreto-Lei número quarenta e dois mil novecentos e quarenta e sete, de sete e sete de Abril de mil novecentos e sessenta para que, na qualidade de viúva do servidor municipal, José Matias Cardador, que exercia as funções de agente eventual dos serviços de higiene e limpeza, falecido em treze de fevereiro corrente, lhe seja aborvado o subsídio a que tem direito.

De harmonia com as instruções contidas no mesmo diploma, mostra-se que a peticionária tem direito, nos termos das instruções contidas no mesmo diploma, a título de subsídio a importância de dez mil e oitocentos es-

cudos, importância está que a Câmara por unanimidade, deliberou fosse paga a interessada.

Quadro do Pessoal Auxiliar, Especializado e Operário - Preenchimento de vagas nos serviços de Abastecimento: Existindo duas vagas de magistral de segunda classe dentro do quadro do pessoal auxiliar, especializado e operário, adstrito ao serviço do Matadouro, a Câmara por unanimidade e sob proposta do Senhor Presidente, deliberou nomear para as referidas vagas Jacinto António Mestre e António José Almeida Sousa Cuba.

Politicamento Urbano: - Foi presente, devidamente informado pelos serviços competentes o processo relativo ao pedido formulado por Francisca Cunha Saraiva, viúva, doméstica, para proceder ao Politicamento de um terreno que possui junto à Avenida Engenheiro José Frederico Ulrich, em Amaralja.

A Câmara apreciando devidamente o pedido e tendo em vista as informações prestadas quer pela Repartição Técnica Municipal, quer pela Direcção de Estradas deste distrito, quer mesmo pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização deliberou por unanimidade, ao abrigo do Decreto-Lei número quarenta e seis mil seiscentos e setenta e três

de outo e nove de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco, aprovar e autorizar o pretendido loteamento mediante a observância, por parte da requerente, das condições seguintes:

Primeira: - Não ser permitida a edificação do lote da parcela em que existe um barracão, não abrangida pelo lote da requerente, senão após a sua demolição;

Segunda: - Serem inteiramente observados os condicionamentos impostos pela Direcção de Estradas deste distrito constantes do seu ofício número quinhentas e noventa e nove, Leaco, ST, de catorze de julho do ano findo, que aqui se dão como inteiramente produzidas.

Plano Director do Concelho: - O propósito do Plano de Urbanização desta cidade, problema que se resolve da maior acuidade pois está a apaixonar todos os sectores da opinião pública, e de tal modo que ultrapassou já as barreiras do concelho, disse o Senhor Presidente:

"Quero comunicar à Excelexionária Câmara um assunto que ultimamente tem sido muito debatido por todo o lado, em conversas e até na própria imprensa.

Devo dizer-lhes que se têm feito algumas afirmações muito verdadeiras em relação ao assunto que pretendo tratar e sobre o qual esta Câmara

nunca se pronunciou, pois que entender
dever tomar uma atitude de fore-
deração, não usada por aquele entu-
siasmo que por vezes prejudica a boa
resolução de determinados problemas,
antes procurando estudar, calma-
mente, esse assunto e uma vez de
posse de todos os dados pô-lo em
divulgação.

Trata-se, como descrevi calen-
lar do que podemos titular de
"celebreiro" Plano Director da ci-
dade.

É evidente que sobre este as-
sunto se têm dito os maiores dispa-
rates, inclusivamente de que há
mais de trinta anos se se estuda
o plano de urbanização, e afinal sem
equatório de coisas que não vale
a pena enumerá-las, interessa sim-
plesmente esclarecê-lo para que na
cidade não haja más interpretações
sobre uma coisa que não é tal como
se tem feito constar e até com
esta publicidade.

Como Vossas Excelências sabem,
Esora nunca teve um plano de urba-
nização. Pelo menos que me recorde,
de há quarenta anos a esta parte
nada teve que se lhe assemelhasse.
Tive, sim, apenas estudos (mais do
que me até) mas nem por isso factó
Esora deixou de crescer e progredir,
pois entretanto abriram-se zonas ha-
bitacionais e industriais.

simplesmente, e alguma vez a Câmara não pode, na realidade, tomar em relação a determinado assunto uma atitude, desenvolvendo-se com a falta de plano director, isso é outra coisa. Talvez houvesse razões de ordem gálica para a Câmara assim proceder ou porque na falta dos legítimos interesses cidadãos não se lhe apresenta a oportunidade a ocupação de todas as áreas com construções.

Porém, há quatro anos mandou-se elaborar o "plano director". Entretanto continuou-se a pedir que determinadas zonas fossem estudadas em pormenor para que de modo algum se cessasse o normal desenvolvimento da cidade.

Na realidade, se desde então mais não se fez dentro da cidade de Évora não pode atribuir-se a culpa a não existência do "plano director" mas sim a outros factores.

Apresentado agora o plano mandado elaborar pela Câmara e apreciado pelos diversos departamentos e sessões que sobre ele têm que pronunciar-se, faz-se constar que o mesmo foi superiormente viderado. A verdade não é essa. Lamento profundamente que determinados sectores não tenham vindo junto da Câmara procurando informar-se convenientemente sobre o assunto, quanto o certo é que quando vim para esta casa, desde logo me

fos inteiramente ao dispor de quem
quer que fosse e que pretendesse se
esclarecido sobre assuntos que res-
peitam a vida municipal. Não o fixe-
ram e cada um arranhou, à sua
maneira, forma de dar uma noti-
cia de acusação ou tomar uma
atitude que pode ser a prejudicar
a solução que a Câmara pretende
para melhor resolver esse problema
que se resiste do maior interesse.

Desse dizer que hoje mesmo me
desloquei a Lisboa a fim de junto
do Senhor Arquitecto Urbanista tra-
tar de se introduzir no "plano"
- esse plano que dizem ter sido
indefrido - as alterações ou modifi-
cações que foram sugeridas pelos
serviços oficiais competentes que so-
bre ele se tiveram de pronunciar,
alterações e mas aliás previstas no
próprio contrato, e que, como é ló-
gico, resultam sempre de opiniões
discrepantes sobre a forma de enca-
rar a solução dos problemas pro-
tos.

Tal "plano" vai entrar agora
na fase de revisão e correcção por-
que também só agora e em face
do que antes deixo dito, se deu
conhecimento oficial dos pareceres emi-
tidos sobre o seu trabalho pelos de-
partamentos oficiais.

Entretanto, assistei-me com Sua
Excelência o Secretário de Estado de

Urbanismo e Habitação e de acordo com a sua orientação, vamos estudar imediatamente, em formenores, aquelas zonas da cidade que interessa abrir desde já a urbanização e entretanto são-se introduzindo no plano as correções de que fordeitura se mostre carecido. Deste modo não se esquecerá o desenvolvimento da cidade, no qual todos estamos altamente empenhados.

O problema do "plano de urbanização de Esora" está pois nos termos que acabo de expor.

Para além disso, existe da parte de duas Excelências o ministro das Obras Públicas e Secretaria de Estado e até de todo o Governo, o maior desejo de que Esora não só não fale, como até se desenvolva, prospere e seja a que a cidade, de que todos nos orgulhamos, e de que todos temos o maior interesse de a ver cada vez mais engrandecida e desenvolvida.

Acessentarei que não houve má vontade da parte de quem quer que seja na apreciação do plano em causa. Houve, sim, como é absolutamente natural, opiniões diversas sobre a sua concepção e a forma de resolver urbanisticamente os problemas propostos.

No aspecto técnico, propriamente dito, também houve pequenas discrepâncias, de insignificante importância, e que serão facilmente resolvidas quando o "plano" entrar na fase de execução.

em menores.

De maneira que - solto a insistir - o "plano" não foi violado, contra-riamente ao que se alega por todos os lados, e não estou, como também para si se afirma, qualto ou cinco mil contos, mas sim segundo o contrato firmado há quatro anos, cerca de noventa contos que nem sequer ainda foram pagos na sua totalidade.

- Vai, pois, fazer-se a revisão do "plano" no que se procurará aplanar as discrepâncias de opinião emitidas quando da sua apreciação, o que é absolutamente lógico e natural ali porque desde o início da sua elaboração até agora, decorridos por tanto mais de quatro anos, novas necessidades, novas concepções e novas teorias nasceram o que obriga a que o trabalho em causa seja agora apreciado sob diferentes aspectos.

Entretanto a cidade não parará a cidade continuará a progredir.

Afirma-se que a cidade não tem poder industrial e que muitas empresas que se pretendem instalar aqui se têm defarrado com dificuldades.

O que nós nunca conseguimos, nem é da nossa situação geográfica, foi que esses industriais viessem para aqui de ânimo leve.

Ura, eu dezo participar a Vossas Exalências que, ao dirigir-me

a um gabinete de uma empresa particular, portuguesa embora orientada por técnicos franceses, que se encarrega de estudos para a instalação de grandes empresas estrangeiras no nosso País, a quem se forneceram determinados elementos que vos foram solicitados sobre a possibilidade de instalação neste conceito de unidades industriais, e que fulqui de um dever constar-me pessoalmente com os seus directores para de viva voz haver uma maior troca de impressões e prestação de mais detalhados elementos informativos, foi-me grato verificar que agradecidas ficaram aquelas individualidades pelos elementos que lhes foram prestados.

Uma última, tive o ensejo de ser um mapa, curioso, no qual Évora se lhe apontada como um centro para quem as vistas se voltam para a localização de novas unidades industriais.

Isto não deve constituir novidade, pois todos nós sabemos que ainda existe alguma mão-de-obra contrariamente ao que se verifica na zona costeira do País.

Ira as empresas, fugindo do litoral, onde os salários são cada vez mais elevados, por falta de operações, começaram a interiorizar-se pelo interior do País, onde ainda encontram salários mais baixos o que, talvez, lhes proporcione compensação para os gastos com fretes de matérias primas ou produtos

manufaturados.

Tenho a impressão de que estamos numa altura ótima - não ditemos fogueiras. Embora se exija muito trabalho de todos nós, e creio que a imprensa também nos pode ajudar no fomento da industrialização do nosso concelho, de forma que avarhã vossos interesses em instalar aqui as suas indústrias nos apressame, pois a Câmara está, como sabem, aberta a todas as iniciativas e disposta a prestar a sua melhor e mais decidida colaboração, mesmo com algum sacrifício financeiro que se dê o necessário arranque na industrialização local.

De forma que aguardemos serenamente que o problema do "Estado Director de Esora" seja resolvido da melhor forma para a cidade, que ao fim e ao cabo é isso que todos desejamos e no que todos estamos altamente empenhados.

Sanção: - O Secretário Senhor Lucho, começando por pedir desculpa das faltas que tem dado às reuniões desta Câmara, motivadas pelos seus afazeres profissionais, mas que no entanto não obstaram a que continuasse a acompanhar os serviços afectos ao seu febrero, perguntou ao Senhor Presidente o que se passa relativamente à aquisição da nova satura para os serviços de higiene e limpeza e bem assim quanto aos casos de plástico

para a recolha de lixo doméstico.

Respondeu-lhe o Senhor Presidente dizendo que quanto à compra da máquina, falta, para se abrir concurso público, a elaboração do respectivo "Caderno de Encargos", documento este de cuja elaboração está encarregada a Repartição Técnica, mas que até ao presente não o pôde concluir em virtude de estar assobalada com outros serviços e trabalhos mais urgentes. Todavia, espera-se que possa apresentar o documento em questão muito brevemente.

Quanto aos caços para a recolha de lixo, também não se providenciou sobre a sua aquisição em virtude de não ter ficado bem definido se se deveria ir para os caços de papel ou para caços de plástico. Este assunto só por igualmente tomado na devida consideração procurando-se junto dos respectivos fornecedores obter as necessárias informações quanto a custos e tamanhos dos caços e ainda as possibilidades de se obterem preços especiais para determinadas quantidades. Uma vez de posse desses elementos e estudado convenientemente este assunto será o mesmo presente à apreciação da Câmara.

Retomando as suas considerações, o mesmo Vereador, disse que foi para si uma agradável notícia saber, por o Senhor Presidente assim lhe ter transmitido, quando recentemente se encontravam no campo de aviação, de que já

e iniciaram os trabalhos de conservação da rede de esgotos desta cidade, problema este que de certo modo se prende com o seu trabalho.

Com efeito, nas suas deslocações dentro deste concelho, no exercício da sua actividade profissional, foi-lhe dado constatar que os trabalhos em causa decorrem presencionalmente no Bairro de Almeirim mas a ritmo que se lhe afigura demasiado lento para a importância e urgência da obra.

Compreende-se - continuou o mesmo orador - que os trabalhos concernentes à ligação das salas e esgotos aos emissários gerais sejam feitos pelos serviços municipalizados, mas, em meu entender, a parte da obra que respeita à conservação dos emissários gerais, a mais cultora, deve ser feita em regime de empreitada.

Quanto à necessidade de dar maior celeridade aos trabalhos em curso, digo maior celeridade aos trabalhos em curso já fez sentir ao Senhor Director-Delegado dos Serviços Municipalizados, mas pedia agora ao Senhor Presidente para dar as suas instruções no mesmo sentido.

Respondeu-lhe o Senhor Presidente, informando que os trabalhos de conservação da rede de esgotos começaram efectivamente pelos Bairros de Almeirim e de Frei-Meixo, por serem estes

os únicos bairros que já tinham elaborado os respectivos projectos de saneamento.

Efectivamente - continua o Senhor Presidente - os trabalhos em causa estão a decorrer a um ritmo um tanto ou quanto lento, mas isto porque não se encontram elaborados os projectos dos outros bairros, do que por um lado resultaria, se se desse maior desenvolvimento aos trabalhos em curso, ter-se a curto prazo de suspender o andamento da obra por falta de projectos aprovados; por outro lado, trata-se de uma obra de custo bastante elevado.

Quanto à construção dos sanitários gerais - termina o Senhor Presidente - pois o Presidente que é para a empreitada que a Câmara se dedica, de sendo concluído aguardar-se os necessários estudos, dado que, não obstante tratar-se de um melhoramento que tem uma substancial comparticipação do Estado, envolve um investimento por parte da Câmara e dos seus serviços municipalizados bastante significativo.

Campo de aviação: - É porque o Senhor Vereador se referiu ao campo de aviação - disse ainda o Senhor Presidente - é-me grato comunicar à Câmara que este ano dese conduzir-se a pavimentação, tanto das pistas de aterragem como da placa de estacionamento do campo de aviação, bem como a sua vedação. Estes são, pelo menos, os trabalhos programados

para o corrente ano, occados em cerca de mil e cem contos, que se espera venham a ser entregues a esta Câmara muito brevemente.

Passos para serventúrios municipais

Por sua vez o vereador Senhor Felix Nunes, disse que um dos pontos locais, e hoje é feita a pergunta se o fog, sem se baseando de um assunto, que se descolhem as possibilidades da sua concretização por parte da Câmara, mas que se concluir pela negativa, a resistência no mesmo assunto pode criar um certo estado de espirito que não corresponde aos interesses globais do concelho.

Quero referir-me, Senhor Presidente - terminou o mesmo vereador - ao problema da construção de casas para serventúrios municipais.

Em resposta, disse o Senhor Presidente: O assunto que me é posto é um problema que me preocupa extraordinariamente, não de agora.

Dizei que o bairro de casas que a Câmara quer construir, foi inicialmente destinado aos serventúrios municipais, precisamente para aqueles com menos possibilidades económicas.

Este criterio foi depois alterado, por razões de ordem, tendo-se cedido habitações a pessoas estranhas ao funcionalismo municipal e que agora não será justo nem humano desalojá-

-tas, mas uma vez, que saquem saltarão a ser atribuídas preferentemente aos apresentações municipais.

Quanto à construção de novas casas ou à ampliação do actual bairro, o problema torna-se de difícil resolução dados os elevados investimentos que para tanto haveria que fazer e para o que a Câmara não está financeira e economicamente habilitada.

Balançetes: - Saldos verificadas no dia de hoje: Câmara - dez milhões seiscentos e setenta mil e quarenta e três escudos e setenta e sete centavos; Município - quatrocentos e noventa e nove mil trinta e um escudos e trinta e sete centavos.

Pagamentos: - autorizados os pagamentos compreendidos nas autorizações número duzentos e noventa e um a número quatrocentos e um no total de trezentos e dez mil duzentos e dezasseis escudos e quarenta e sete centavos da Câmara e os compreendidos nas autorizações número cinco e seis a número trinta no total de dezasseis mil cento e sessenta e sete escudos do Município, considerando-se afeiosada em reunião a parte da acta que lhes respeita da presente reunião. Ratificados os pagamentos compreendidos nas autorizações número duzentos e setenta e cinco a número duzentos e setenta e nove no total de catorze mil quatrocentos e trinta e dois escudos da Câmara.

Aprovação em Moimboz: - A Câmara, ao abrigo do parágrafo primeiro do artigo

Prezentes e cinquenta e quatro do Código Administrativo, deliberou e aprovar em reunião, para efeito imediato a deliberação tomada nesta reunião sob a epígrafe: "taxas de 'mais-salida'".

E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião do que para constar se lavrou a presente acta que em

Chefe da Secretaria da mesma Câmara a redigi e subscrevo.

Ant. Geruiz ¹⁴/₇